

dossiê

Teorizando o espaço das Américas

possíveis saídas
para séculos de
exclusão e de
esquecimento

Fernando Lara

"E aquilo que nesse momento se revelará aos povos.
Surpreenderá a todos, não por ser exótico.
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto.
Quando terá sido o óbvio"
CAETANO VELOSO, UM ÍNDIO.

Estudar o ambiente construído das Américas é lidar com uma contradição inerente. Enquanto nossas disciplinas de arquitetura, história urbana, paisagem e planejamento urbano compartilham a crença fundamental de que os espaços importam; uma esmagadora maioria do nosso conhecimento vem de outro continente. Cabe então perguntar se não deveria haver uma teoria americana do espaço, dado que a experiência e a história espacial das Américas é inerentemente diferente dos espaços europeus. Ou não?

Com base nesta pergunta iniciei em 2015 um projeto de pesquisa solitário e ambicioso: sistematizar, de alguma maneira, os autores que pensaram a experiência espacial nas Américas de forma a embasar, no futuro, uma teoria do espaço americano. Uma busca preliminar revelou dezenas de autores não-europeus que pensaram questões espaciais do nosso continente. Pretendo, nas próximas décadas, trabalhar cada um destes autores. Como mapeamento inicial (e todo mapa é uma redução, uma curadoria) este texto trata daqueles que considero, neste momento, os mais relevantes: Edmundo O'Gorman; Rodolfo Kush; Arturo Escobar; Walter Mignolo, Leopoldo Zea; Eduardo Viveiros de Castro; Carlos Fuentes; Paulo Freire; Thomas Jefferson; Roberto Fernandez e Marina Waisman; além de meus preciosos interlocutores: Luis Carranza; Felipe Hernandez; Diana Maldonado e Clare Cardinal-Pett.

No ano passado tive a oportunidade de preparar um curso de pós graduação sobre esta questão e ensiná-lo primeiro no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (maio a julho de 2017) depois na Universidad Autonoma de Tamaulipas (julho e agosto de 2017) e por fim na University of Texas at Austin (setembro a novembro de 2017). Entre maio e junho de 2018 o curso foi ministrado também na Universidade Federal de Minas Gerais. Os autores acima citados formam a bibliografia básica do curso e além de ser grato a todos eles por iluminar o meu caminho de pesquisa, sou grato a todos os alunos que me ajudaram a refinar estes pensamento nestas quatro diferentes universidades americanas.

Neste ensaio, parto da constatação de que as Américas não conhecem sua própria história espacial e, portanto, uma sistematização desse conhecimento está bastan-

te atrasada. Três décadas atrás, no primeiro *Seminario de Arquitectura Latinoamericana* em Buenos Aires, Marina Waisman falou sobre a necessidade urgente de discutir a arquitetura das Américas em seus próprios termos, e ainda não debatemos esses mesmos termos (WAISMAN, 1994). Além disso, em um nível mais fundamental, falta-nos uma história espacial básica de nosso continente. Essa ausência cria uma relação deslocada entre o tempo e o espaço, uma esquizofrenia entre o ser e o estar, que não coincidentemente é uma das importantes contribuições de Rodolfo Kush como comentarei mais adiante.

Antes disto, preciso retomar o prefácio encomendado por Bianca Freire-Medeiros e Julia O'Donnell para a coletânea *Urban Latin America: Images, Flows and the Built Environment* publicada em 2018. Neste texto argumentei, ainda que de maneira rápida, como urge um prefácio, que nossas cidades nas Américas foram feitas para esquecer e para excluir. O resultado de ainda não ter teorizado os espaços americanos é que também ainda não o problematizamos e, portanto, testemunhamos a perpetuação da exclusão e o apagamento da memória como principais características da urbanização em todo o continente. Enquanto escrevia estas linhas ardia o Museu Nacional no Rio de Janeiro, queimando literalmente parte importantíssima da nossa memória. Leopoldo Zea nos diria que este "encobrimento" é componente fundamental do processo de colonização. Prefiro ir ainda mais longe e citar Arturo Escobar (outro autor que discutirei em mais detalhe nas próximas páginas) e sua agora clássica demonstração de que a colonialidade é parte inerente do processo de modernidade (1995). Somos colonizados porque somos modernos. O moderno e o colonial são irmãos siameses, dois processos paralelos que se apoiam mutuamente e não subsequentes como propôs Lucio Costa para delírio da grande maioria de arquitetos e estudiosos de arquitetura que ainda não se dispuseram a discutir as verdadeiras raízes coloniais da nossa modernidade. Teorizar nosso próprio espaço e escrever nossa própria história é urgente porque, como lembrou Edward Said em seu clássico "Orientalismo", estudiosos europeus desenvolveram narrativas sobre todas as outras sociedades na Terra e como resultado se estabeleceram como o centro do conhecimento humano (1978). Segundo a narrativa eurocêntrica, as Américas eram um continente vastamente vazio de culturas sofisticadas e prontas para serem conquistadas pelo conhecimento superior do autoproclamado "velho mundo". O adjetivo antigo aqui funciona muito como o oriental de Said; localizando nas Américas um grau de infância que exigia orientação, se

não disciplina. Um deslocamento temporal — novo versus antigo — para permitir uma total e completa ressignificação espacial. Os relatos dos primeiros viajantes europeus que efetivamente viram cidades sofisticadas foi enterrado sob a ideia conveniente de que as Américas estavam vazias, prontas para serem cultivadas. Conquistadores como Francisco de Orellana e Hernán Cortez escreveram sobre cidades complexas e ricas muito além das bem documentadas Cuzco e Tenochtitlán. Cidades no coração da Amazônia, cidades no vale do Mississippi, cidades da ilha de Santa Catarina no sul do Brasil. Os que vieram um século depois para tomar posse da terra não viram nada e chamaram os velhos exploradores de mentirosos. Quatrocentos anos a mais se passariam antes que os restos daquelas grandes cidades comessem a ser desenterrados. A admiração dos primeiros exploradores foi justificada, mas o holocausto que provocaram é ainda mais chocante. Noventa por cento da população morreu no primeiro século após o encontro, muitos por pólvora, mas muitos mais por vírus e bactérias (STANNARD, 1992). Para ilustrar o escopo dessa tragédia, peço ao leitor que faça um rápido exercício mental: faça uma lista das 20 pessoas que você mais ama em sua vida. Agora escolha um para sobreviver com você, os outros 19 vão morrer logo de varíola ou gripe. Sabemos muito pouco sobre o ambiente construído das Américas antes da chegada dos europeus em 1492, este foi o primeiro signo do espaço americano sob o domínio europeu: o completo apagamento da experiência anterior. Códices e pinturas foram queimados, esculturas foram derretidas ou reduzidas a pó, tudo que registrasse a cultura ancestral anterior foi destruído em nome da pureza religiosa. Sabemos, no entanto, o suficiente (e aprendemos mais e mais a cada dia) para entender que não era uma utopia, nenhum paraíso na terra (CARDINALPETT, 2015). As duas sociedades pré-colombianas mais avançadas, o império Inca nos Andes e o império Asteca no vale central do México foram excessivamente estratificados, com um exército de camponeses servindo uma pequena elite militar e clerical. E isto não mudou com a chegada dos cristãos europeus. Muito pelo contrário, os conquistadores espanhóis substituíram o topo das sociedades estratificadas, conseguindo fazer todo mundo trabalhar para eles. A história dos espaços americanos foi deliberadamente apagada e o continente chamado de “novo” para poder ser vendido como vazio. Civilizações ameríndias cuja história remontava a pelo menos 12.000 anos antes foram representadas oficialmente como “novas” no sentido de infantis, imaturas, prontas para serem educadas (ou re-

duzidas no termo religioso) pelo invasor europeu. A aglomeração de pessoas no espaço que chamamos de cidades nunca foi emancipatória como em outros lugares e tempos da nossa história urbana planetária. Temos uma história espacial única, mais singular pelo fato de ainda não sabermos muito sobre isso.

Primeiro problema: espaços para esquecer

Em abril de 2017 estive no Peru para o encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos — LASA. Visitando a Catedral de Lima, vi um homem de ascendência andina dizer às crianças em visita escolar que a história de sua cidade começou em janeiro de 1535, quando Francisco Pizarro fundou a Ciudad de los Reyes. O homem que pronunciou tal afirmação problemática e incompleta estava a umas dez quadras de distância de estruturas pré-colombianas claramente visíveis no tecido de Lima. Ou talvez eu deva dizer claramente invisíveis no tecido de Lima. Tal postura não é uma exceção, mas sim a regra nas Américas. Nossos espaços foram construídos para esquecer, para não lembrar.

A narrativa eurocêntrica tradicional do guia turístico lixado nunca foi capaz de explicar a ocorrência de sociedades complexas e sofisticadas, como os Maias, os Astecas ou os Incas, muito menos daquelas que conhecemos pouco além de ruínas e artefatos milenares. Quando eles entram em cena é apenas para provar a superioridade da mente europeia e sua “vitória”, apesar de estarem em enorme desvantagem numérica. Essa vitória, sabemos agora, foi conseguida pelo terrorismo (sequestros, assassinatos seletivos e destruição espetacular de estruturas sagradas), se me permitem usar um termo bastante atual.

Pesquisas recentes mostram que mesmo áreas como a Amazônia ou o vale do Mississippi não foram apenas ocupadas, mas também profundamente modificadas por seus habitantes durante milhares de anos antes da invasão europeia. Temos uma história de apagamento e obliteração, um processo de exclusão tão forte que destruiu línguas e narrativas. Como demonstrado por Tom Dillehay e David Meltzer em “Os Primeiros Americanos” (1991) e David Stannard em seu “Holocausto Americano” (1992); a população do continente, calculada de forma conservadora em 25 milhões de habitantes em 1500, foi reduzida para menos de 3 milhões um século depois. Isso equivale a uma queda populacional de 90% em um século, algo sem precedentes na história da humanidade. A imagem ameríndia que sobreviveu é indistinguível desses eventos

Não somos
efetivamente
americanos
porque não
contamos a
história do
nosso território,
muito menos a
história dos que
aqui estavam
antes de nós

traumáticos. A literatura sobre psicologia do trauma é extensa, desde os primeiros estudos de Jean Martin Charcot no final do século XIX até Henry Krystal nos anos 1960. Uma grande quantidade de estudos apoia a inclusão do transtorno de estresse pós-traumático — PTSD como uma condição mental que normalmente se manifesta em desorientação espacial, pensamentos negativos sobre si mesmo e sobre o mundo e perda de interesse em atividades prazerosas, geralmente levando a abuso (KRISTAL, 1978). A descrição de ameríndios vagando por aí bêbados após o século XVII se encaixa perfeitamente com os sintomas descritos acima, mas nunca foram discutidos dessa maneira. O apagamento da memória é uma consequência clássica do PTSD e, no caso dos espaços americanos, esse apagamento foi fortemente apoiado pelo cristianismo, com o zelo de limpar o mundo de quaisquer outros símbolos religiosos ou culturais.

Resta-nos então, entre muitos outros, um desafio: como incluir os habitantes originais e sua concepção de espaço na história do continente? Aprendemos com Homi Bhabha (1990) que a ideia de nação vem da prática da narração. Somos aquilo que contamos. Neste sentido, não somos efetivamente americanos porque não contamos a história do nosso território, muito menos a história dos que aqui estavam antes de nós. Quais seriam estas arquiteturas originais brasileiras? Sabemos algo da materialidade e da tecnologia construtiva mas conhecemos muito pouco da maneira como entendem o espaço. Aqui importa retomar o trabalho do mais original antropólogo

brasileiro da atualidade — Eduardo Viveiros de Castro. Sua teoria do perspectivismo ameríndio (CASTRO, 2015), ousada e abrangente como devem ser as verdadeiras teorias, nos ensina que os povos originais das Américas tinham (e têm ainda) uma concepção relacional de espaço que se contrapõe à concepção cartesiana do ocidente. Para os ameríndios, uma árvore se torna mais humana quando é trabalhada pelas nossas mãos, e nós nos tornamos um pouco mais árvore ao fazê-lo. Isto implica que o que tem valor é a minha (nossa) relação com o objeto árvore depois madeira e depois ainda terça ou caibro, não o meu (nosso) poder sobre tudo que não é humano e por consequência disponível na concepção ocidental. Narrar a história do espaço americano com as lentes do perspectivismo ameríndio implica humanizar cada tronco de pau-brasil exportado no século XVI, cada vara de cana espremida no século XVII e cada pepita de ouro arrancada das Minas Gerais no século XVIII. Cada um destes "produtos" levou a terra das Américas pelo mundo a fora, mas nada disto seria possível sem as mãos Tupinambá que cortaram o pau-brasil, as mãos Bantu que moveram os engenhos de açúcar ou as mãos Iorubá que lavaram o cascalho dos córregos para separar o ouro. Cada um desses agentes moldou o espaço das américas, no caso a porção Brasil do continente, para ser em seguida apagado da narrativa. Existiram ciclos de extração de madeira, açúcar, ouro e café, mas quem extraiu, quem vendeu, quem carregou? E qual a lógica espacial destas empresas monoprodutoras?

Incomoda-me ler em tantos livros que as Minas Gerais onde eu cresci estavam vazias quando chegaram os paulistas no final do século XVII. Ali havia gente antes, muita gente. E se vazias estavam as terras em 1690 foi porque morreram todos no primeiro século depois da invasão europeia. Não cabe mais repetir que a história de Minas Gerais começa com as bandeiras nem que a história de São Paulo começa na fundação do colégio. Isto implica apenas um esquecimento forçado de toda uma história espacial anterior e a imposição de uma narrativa eurocêntrica que insiste em ser hegemônica até hoje.

Segundo problema: espaços para excluir

A arquitetura como entendemos hoje nasceu da ideia de Leon Battista Alberti (1988) de propor o projeto como algo separado da construção. Nas línguas latinas, diferente do *design* anglo-saxão, usamos as palavras projeto, *proyecto* ou *progetto*, do latim *projetare*, que significa lançar adiante. Antes de Alberti, a arquitetura se pensava como

Seguindo as obras
de O’Gorman,
Eduardo Dussel,
Rodolfo Kusch
e Roberto
Fernandez,
percebemos
que foi aqui,
nas Américas,
que o poder de
abstração da
arquitetura foi
testado pela
primeira vez

seleção do melhor conjunto de elementos, técnicas e espacialidade baseados em como construímos no “passado”. Depois de Alberti, a arquitetura passou a ser sobre como devemos construir no “futuro” (Joseph Rikwert apud ALBERTI, 1988). Conceitos e propostas intelectuais passaram a importar mais do que a experiência de construção.

E qual seria a relação de Alberti com o espaço americano? São fundamentais os dois momentos em que Alberti e as Américas se entrelaçam: o impacto do encontro de 1492 e a estratégia imediatamente posterior de ocupação e controle deste território. As Américas, como conhecemos, foram inventadas quando os estudiosos europeus perceberam que Colombo não havia chegado à Índia nem à China, mas sim num um mundo totalmente novo. Como Edmundo O’Gorman demonstrou há quase 70 anos, foi o encontro com tal alteridade que forçou os europeus a repensar toda a sua ontologia, desencadeando as forças da modernização. Curiosamente, apenas duas décadas separam a publicação de *De Re Aedificatoria* de Alberti (1471) e a chegada dos europeus ao continente americano (1492). A arquitetura como uma projeção de futuro moderno, separada da construção, que inaugura o poder da abstração para conquistar o planeta inteiro é ao mesmo tempo ferramenta e resultado final desses dois grandes eventos.

Para entender o impacto do encontro dos europeus com as Américas sigamos os ensinamentos do historiador mexicano Edmundo O’Gorman de 1958 (1961). Usando mapas como base de sua análise, O’Gorman mostra que a Europa nunca foi central para a história do mundo antes de 1492, nem estava se movendo inevitavelmente nessa direção. Em vez disso, O’Gorman propõe que pensemos o impacto do encontro de 526 anos atrás como algo equivalente ao que ocorreria se encontrássemos vida em outro planeta. Seríamos forçados a repensar tudo que acreditamos sobre nós mesmos, mais ou menos o que aconteceu com a *intelligentsia* europeia no início do século XVI.

O’Gorman, em seguida, elabora como este deslocamento epistemológico acelerou a reforma protestante (1517) e as obras de Galilei e Kepler no início dos 1600. Umberto Eco escreveu um magnífico romance sobre os escritos de Aristóteles, preservados por estudiosos muçulmanos, tendo o poder desafiar a filosofia religiosa do nominalismo no século XIV, libertando a relação entre objetos e suas representações na linguagem, base da abstração cartesiana. O renascimento florentino do final do século XV deveria neste sentido ser entendido no contexto de forças distintas lutando por proeminência. Brunelleschi, Alberti e Galilei eram soldados em uma guerra intelectual que ainda estava sendo travada. Não é de admirar que Girolamo Savonarola queimou pinturas e livros em 1495, e Galilei foi condenado pela inquisição em 1611. A constatação de que Colombo e Vespúcio haviam navegado em torno do desconhecido foi o argumento indiscutível que ganhou a guerra para o lado do pensamento racional, da observação empírica e da abstração.

Seguindo as obras de O’Gorman, Eduardo Dussel, Rodolfo Kusch e Roberto Fernandez, percebemos que foi aqui, nas Américas, que o poder de abstração da arquitetura foi testado pela primeira vez. Este “Laboratório Americano” (FERNANDEZ, 1997), inaugurado no início do século XVI, resulta nos processos pelos quais um fio específico de conhecimento cuidadosamente elaborado a partir de múltiplas raízes (como a Civilização Ocidental), tornou-se dominante neste nosso pequeno planeta.

Em um esforço para organizar os assentamentos coloniais, Felipe II, rei da Espanha, decretou a famosa Lei das Índias em 1572. Entre os 148 artigos que organizaram a burocracia espanhola nas Américas, havia vários que ditavam como as cidades deveriam ser projetadas e construídas. Um deles é de importância fundamental para nós. Enquanto vários artigos da lei falam em converter os nativos e tratá-los bem, o artigo 137 diz explicitamente que

Enquanto a cidade estiver sendo concluída, os colonos devem tentar, na medida do possível, evitar a comunicação e o tráfico com os índios, ou suas cidades, ou divertindo-se ou derramando-se no chão [prazeres sensuais?]; nem [os colonos] devem permitir que os índios entrem nos confins da cidade até que ela seja construída e suas defesas prontas e as casas construídas de modo que quando os índios as virem, elas sejam admiradas e entendam que os espanhóis estão lá para liquidar permanentemente e não temporariamente. Eles [os espanhóis] devem ser tão temidos que eles [os índios] não ousem ofendê-los, mas eles os respeitarão e desejarão sua amizade. (LEJEUNE, 2005, p.23).

Esse foi o começo do planejamento urbano nas Américas: uma cidade para excluir e induzir o respeito pelo medo é muito diferente de uma cidade para tornar as pessoas livres. Esta é a regra desde o início do século XVI: a cidade como uma máquina de exclusão. A mudança do regime colonial para o republicano no século XIX pouco mudou esta estrutura espacial, exceto para pequenas comunidades rurais no nordeste dos Estados Unidos. Na então chamada Nova Inglaterra, houve um nível significativo de inclusão por homogeneidade, ou seja, todo mundo que não estivesse em conformidade com as características do *White Anglo Saxon Protestant* (WASP) foi expulso ou segregado.

Para as grandes áreas metropolitanas explodindo com o crescimento populacional a regra era uma urbanização de exclusão que concentrava riqueza e poder nas mãos de poucos, de Nova York a Buenos Aires, de São Francisco a Lima. A principal ferramenta de exclusão: o *grid* ortogonal, não foi trazido para as Américas pelos espanhóis, tendo existido aqui muito antes de Colombo. Tenochtitlan, por exemplo, estava muito mais próximo de um plano regular ortogonal do que Toledo, Sevilha ou Lisboa. Mas, após o salto de Alberti em direção ao futuro, o *grid* seria transformado em lei por Felipe II. O mesmo *grid* que agora organiza a maior parte dos EUA a oeste de Appalachia, creditado a Thomas Jefferson, mas que na verdade tem raízes na organização militar romana de cardos e decumanos. Diante de uma expansão tão grande de espaço à sua frente, nossos ancestrais britânicos e espanhóis usaram exatamente a mesma estratégia para controlar e domar a natureza, uma atitude que poderia resumir a história das Américas depois de 1492.

O que representa o *damero* da Ley de Indias se não um instrumento de controle, com descendentes de espanhóis autorizados a viver dentro e nativos excluídos para a periferia. Sociedades diferentes regulados por geometrias dife-

Esse foi o
começo do
planejamento
urbano nas
Américas:
uma cidade
para excluir e
induzir o respeito
pelo medo é
muito diferente
de uma cidade
para tornar as
pessoas livres

rentes, bem como por um conjunto diferente de leis. Formal e informal, a dicotomia que define as cidades latino-americanas de hoje, começou aqui. Como Felipe Hernandez escreveu recentemente (2017), as cidades latino-americanas sofrem de marginalização tanto sistêmica como colateral. Embora seja geralmente assumido que a informalidade e a marginalização são fenômenos do século XX, ambas são onipresentes desde a fundação das cidades latino-americanas no século XVI. O fenômeno tornou-se mais complexo e extenso durante a segunda metade do século XX, mas é importante entender sua longevidade.

De fato, é difícil abordar o estudo das cidades latino-americanas, historicamente e no presente, sem a noção de que a marginalidade sempre foi parte inerente delas.

As condições de marginalidade e a extensão do desenvolvimento informal que vemos hoje na maioria das cidades do continente são uma expressão ampliada das condições de crescimento urbano iniciadas pelos europeus com sua abordagem segregacionista do planejamento urbano e do design durante o período colonial. (HERNANDEZ, 2017, p.IX)

A estudiosa mexicana Diana Maldonado propôs recentemente que os assentamentos informais (favelas, barridas, villas miserias) são a verdadeira configuração espacial das Américas. Em suas palavras, precisamos estudar

esses espaços *off-planning* pois eles contêm a semente da emancipação e do empoderamento (MALDONADO, 2016). Insistir no planejamento tradicional, diz Maldonado, é limitar-nos aos instrumentos de controle e apagamento que caracterizam a relação entre a geometria ortogonal e urbanização no continente americano.

E ainda precisamos de novas palavras para descrever e discutir nossos próprios espaços. O vocabulário eurocêntrico em inglês, francês ou espanhol não é suficiente. Como lembrou Walter Mignolo,

[...] para encontrar o próprio caminho, não se pode depender das palavras do mestre; é preciso desvincular e desobedecer. Desapontar e desobedecer aqui significa evitar a armadilha das diferenças coloniais e nada tem a ver com os atos artísticos e intelectuais rebeldes que estamos acostumados a ouvir na história europeia. Na história da Europa, as reações contra o passado são parte da idéia de progresso e de movimento dialético. No mundo não europeu, trata-se de desvincular-se da dialética e voltar-se para a analética de Dussel. (MIGNOLO, 2015, p.IX).

O processo analético desenvolvido por Enrique Dussel (2003) seria o oposto do orientalismo eurocêntrico discutido por Edward Said (1978). No processo tradicional de alteridade tornado clássico por Said, um conceito é projetado para o outro para defini-lo como uma alteridade (portanto, definindo-se a si mesmo). Na analética de Dussel, o exercício da empatia leva o outro a si mesmo: "Fizemos isso com nossa base de conhecimento europeia (empatia indo além e tornando-se paixão), e agora precisamos ter empatia com nossos próprios espaços, nossas próprias palavras, nossas próprias idiosincrasias" (MIGNOLO, 2015, p.IX).

Estratégias teóricas para entender o espaço nas Américas

Como essa percepção ímpar de tempo e espaço impacta a compreensão das Américas? Poderíamos desenvolver uma teoria que use o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro (2015) para problematizar René Decartes *cogito ergo sum*? Poderíamos usar a discussão de Rodolpho Kusch sobre ser e estar para desafiar o *da-sein* de Martin Heidegger (2012)? Poderíamos entender a modernidade através das lentes decoloniais de Arturo Escobar (1995) e ir além do eurocentrismo de Jürgen Habermas? O atento leitor notará que usei intencionalmente os

Uma das conseqüências diretas desse processo de modernização europeia, desencadeado pelo encontro das Américas, é a hegemonia do cartesianismo como visão de mundo

primeiros nomes dos três filósofos europeus para torná-los iguais aos seus equivalentes americanos. Ou alguém além de poucos especialistas em antropologia da América Latina sabe exatamente quem são Castro, Kusch e Escobar e quais são suas principais contribuições?

No México, Edmundo O'Gorman demonstrou, há 70 anos, que foi o encontro com as Américas que motivou a modernização europeia e não o contrário (1961). Uma das conseqüências diretas desse processo de modernização europeia, desencadeado pelo encontro das Américas, é a hegemonia do cartesianismo como visão de mundo. Temos sim uma dívida com René Decartes e sua filosofia científica que nos deu vacinas, telecomunicações e viagens aéreas (e eu não estou pronto para abandonar nenhuma destas), mas temos que enfrentar as conseqüências do *cogito ergo sum*. No mundo cartesiano, os seres humanos são totalmente separados da natureza, só nós "pensamos", só nós somos plenamente conscientes. Ainda mais importante para a nossa teoria espacial é a prevalência de coordenadas cartesianas como base para mapear todo o planeta. Como resultado, naturalizamos a ideia de que podemos dispor de todas as outras existências da Terra e do espaço exterior como bem quisermos. O aquecimento global e o esgotamento das fontes de água são resultados diretos de nossa sociedade cartesiana.

Agora, examinemos por um minuto ou dois a possibilidade de outra visão de mundo, não-cartesiana, que nos indique uma saída para tal emergência. O antropólogo

brasileiro Eduardo Viveiros de Castro desenvolveu a teoria do perspectivismo ameríndio para explicar uma relação diferente entre os americanos originais e seu ambiente natural (2015). De acordo com Viveiros de Castro, e isto deveria se aplicar a todas as sociedades ameríndias, a abordagem perspectivista dá humanidade potencial para cada pedaço de matéria, orgânico ou inorgânico. Uma pedrinha no riacho não tem humanidade, mas se alguém o pegar, limpar, polir e pendurá-lo no pescoço, ele ganhará a humanidade. E essa pessoa ganha "pedridade". Isso não é exatamente animismo, mas sim um relacionamento entre nós e tudo o mais, baseado na transformação mútua. Você se torna um pouco mais "madeiroso" se trabalha com madeira, um pouco mais argiloso se trabalha com argila. Ao comer, você se torna peixe e o peixe se torna você. Não é exatamente o que acontece quando nós quebramos as células e moléculas de alimento para nutrir nosso próprio corpo?

Curiosamente, o espaço é central para esse relacionamento. É a proximidade que dá humanidade para uma pedra e "pedridade" para você. Na direção oposta, a pior punição na maioria das sociedades ameríndias não é a morte, mas o exílio. Você perde sua humanidade se for forçado a sair do grupo, uma penalidade reservada para os crimes mais horrendos. Para contrabalançar a dominação de todo o planeta com um sistema cartesiano de coordenadas, não seria interessante ter um mapa baseado em interações relacionais, como a teoria do perspectivismo de Viveiros de Castro?

Agora, vamos discutir outro interessante par de estudiosos. Baseado em Descartes, Kant, Hegel e Husserl, Martin Heidegger desenvolveu no início do século xx a ideia de *dasein* como base da fenomenologia. O *dasein* deveria, de acordo com Heidegger, incorporar a ideia de "estar no mundo" (2012). Aqui, novamente, temos um pilar central da filosofia ocidental trabalhando com ideias espaciais. Mais tarde, no século xx, com Maurice Merleau-Ponty sendo o principal discípulo de Heidegger, a fenomenologia se tornaria muito influente nos círculos arquitetônicos e uma parte significativa da crítica do modernismo do final do século xx se baseava nela. Curiosamente, poucas pessoas até hoje leem a crítica do antropólogo argentino Rodolfo Kusch sobre a problematização do *dasein* na América Latina (1976). Partindo da separação das línguas latinas ser e estar, Kusch elabora a proposta de uma dissonância cognitiva auxiliada pelo fato de que falantes de espanhol e português (90% da América Latina) têm dois significados muito diferentes para "estar no mundo": um que é puramente espacial e um que é pura-

mente temporal. Refletindo a recusa indígena em trabalhar como *utcata*, um termo *aymara* sinônimo de *dasein* mas com uma pegada revolucionária, Kusch problematiza a dicotomia tempo/ espaço — ser/ estar que faz "ser no mundo" algo bem diferente em algumas partes das Américas. Este mesmo ser/ estar no espaço é a base da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, partindo da ideia central de que se aprende observando e transformando o espaço ao seu redor, não através de abstrações importadas de outros contextos.

Essa dissonância cognitiva (eu chamei de deslocamento no início deste ensaio) me leva a discutir a ideia de modernização de Junger Habermas como um processo transformador e empoderador. Na arquitetura, ainda estamos demasiadamente encantados com a modernização. Amamos nossos edifícios modernistas, planejamos modernizar infra-estruturas, nos esforçamos para entender modernidade como sinônimo de construção. Ou melhor ainda, nos esforçamos para entender arquitetura como sinônimo de desenvolvimento. Proponho que todo pesquisador de arquitetura leia o antropólogo colombiano Arturo Escobar (1995), e quanto mais cedo melhor. Escobar dedicou sua vida a mostrar que a modernização tem um lado sombrio chamado colonização — a ideia de que os modos de vida de uma população são melhores e, portanto, devem ser impostos a outras populações. A contribuição de Escobar para os debates do século XXI é reconectar a modernização e a colonização como faces da mesma moeda. Fomos treinados para abominar a colonização e para adorar a modernização. Quando entendemos que são duas faces do mesmo processo, entendemos a crise do mundo contemporâneo como a crise do homem branco heterossexual, aqueles que sempre foram favorecidos pela modernização e desenvolvimento como o conhecemos. Eu mesmo passei uma década adjetivando a modernização para tentar explicar o caso brasileiro. Escrevi sobre modernização incompleta, modernização conservadora, modernização excludente, num esforço de entender os efeitos colaterais da modernidade. Lendo Escobar entendi finalmente que não precisamos utilizar nenhum adjetivo. A modernidade não existe sem a colonialidade. A diminuição do outro não é um efeito colateral da modernidade, é um princípio fundador desta.

O processo de construção desta modernização-colonização foi testado primeiramente nas Américas, como nos lembra Roberto Fernandez, no seu "Laboratório Americano" (1997), e só foi possível porque histórias foram apagadas, barreiras simbólicas foram levantadas e exclusões foram naturalizadas. Para superar séculos de eurocentris-

mo, será necessário um tremendo esforço, e somos nós, estudiosos de arquitetura e urbanismo, quem cabe tal responsabilidade. Precisamos urgentemente olhar para o ambiente construído das Américas com nossas próprias lentes. E, ao fazê-lo, talvez possamos conceber uma teoria que contribuía para um conjunto de relações espaciais realmente transformador e fortalecedor para o sul global. Uma teoria que traga o melhor da modernização como água limpa e educação universal; combinando com os desafios incompletos da colonização, como igualdade de gênero e racial, só para começar.

Esse é o nosso desafio.

AUTOR

Fernando Lara possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (1993) e mestrado em Estudos Literários (1996) pela Universidade Federal de Minas Gerais, é doutor (2001) pelo Doctoral Program In Architecture da University of Michigan/Ann Arbor. Foi pesquisador nível 2c do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e atualmente é professor da University of Texas em Austin nos EUA.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Leon Battista. **On the art of building in ten books**. Cambridge (MA): MIT Press, 1988.
- BHABHA, Homi. **Nation and narration**. London; New York: Routledge, 1990.
- CARDINAL-PETT, Clare. **A history of architecture and landscape in the Americas**. New York: Routledge, 2016.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.
- DILLEHAY, Tom D.; MELTZER, David J. (eds). **The first americans: search and research**. Boca Raton: CRC Press, 1991.
- DUSSEL, Enrique. **Philosophy of liberation**. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FERNANDEZ, Roberto. **El laboratorio americano: arquitectura, geocultura y regionalismo**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Campinas, SP; Rio de Janeiro, RJ: Editora da UNICAMP; Vozes, 2012.
- HERNANDEZ, Felipe. Introduction – Locating marginality in Latin American cities. In: HERNANDEZ, Felipe; BECERRA, Axel (org.). **Marginal Urbanisms**. Informal and formal developments in cities of Latin America. Cambridge: Cambridge Scholarly Papers, 2017, p.IX-XXX.
- KRYSTAL, H. Trauma and affects. **Psychoanalytic Study of the Child**, n. 33, p.81-116, 1978.
- KUSCH, Rodolfo. **Geocultura del hombre americano**. Colección Estudios Latinoamericanos. Buenos Aires: Fernando García Cambeiro, 1976.
- LARA, Fernando. **Inhabiting the Americas**. Editor's note – Plataforma XI. Austin: UT School of Architecture, 2015.
- _____. Urbis Americana: Thoughts on our shared (and exclusionary) traditions. Prefácio. In: FREIRE-LEJEUNE, Jean-Francois. **Cruelty and utopia: cities and landscapes of Latin America**. New York: Princeton Architectural Press, 2005.
- MALDONADO, Diana. Off-Planning: the illegitimate tradition that legitimizes Latin America as urban discourse. **Traditional Dwellings and Settlements Review**, v.28, n.1, p.66, 2016.
- MANN, Charles C. **1491: new revelations of the Americas before Columbus**. New York: Vintage, 2006.
- MIGNOLO, Walter. Yes we Can. Foreword. In: HAMID, Dabashi. **Can Non-Europeans Think?** Londres: Zed Books, 2015, p.VIII-XLII.
- _____. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press Books, 2011.
- MEDEIROS, Bianca; O'DONNELL, Julia (ed.). **Urban Latin America: images, words, flows and the built environment**. New York: Routledge, 2018, p.9-20.
- O'GORMAN, Edmundo. **The invention of America: an inquiry into the historical nature of the New World and the meaning of its history**. Bloomington: University of Indiana Press, 1961.
- SAID, Edward W. **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1978.
- STANNARD, David E. **American Holocaust: Columbus and the conquest of the New World**. New York: Oxford University Press, 1992.
- VAN DER KOLK, Bessel; VAN DER HART, Onno; MARMAR, Charles. Dissociation and information processing in posttraumatic stress disorder. In: VAN DER KOLK, Bessel; MCFARLANE, Alexander; WEISAETH, Lars (ed.). **Traumatic stress: the effects of overwhelming experience in mind, body and society**. New York: Guilford, 1996.
- WAISMAN, Marina. An architectural theory for Latin America. **Design Book Review**, n.29, p.28-33, 1994.
- WATSON, Peter. **The great divide: nature and human nature in the old world and the new**. London: Harper, 2012.